

ANÁLISE DA ESTRUTURA FÍSICA DO IFBA, CAMPUS VITÓRIA DA CONQUISTA, CONSOANTE A UMA VISÃO CRÍTICA EM RELAÇÃO A ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM LIMITAÇÕES FÍSICAS

*Felipe Gonçalves Moura – felipegoncalvesmoura@gmail.com
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Av. Sérgio Vieira de Mello, 3150 - Zabelê
45078-900 – Vitória da Conquista – Bahia*

*Emanuelle Silveira Damasceno Meira – emanumeira.em@gmail.com
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Av. Sérgio Vieira de Mello, 3150 - Zabelê
45078-900 – Vitória da Conquista – Bahia*

*Dr. Jime de Souza Sampaio – jimesampaio@gmail.com
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Av. Sérgio Vieira de Mello, 3150 - Zabelê
45078-900 – Vitória da Conquista – Bahia*

Resumo: *A acessibilidade possui em sua essência um caráter inclusivo e necessário, e, portanto, mostra-se de extrema relevância a análise de sua concretização na prática, principalmente no que tange ao ambiente escolar. Configura-se como obrigação do Estado e da sociedade assegurar um sistema educacional inclusivo, que proponham medidas que garantam acessibilidade. O presente artigo tem como objetivo alertar problemas estruturais do Instituto Federal da Bahia, campus Vitória da Conquista quanto a impasses de transitabilidade às pessoas que possuam deficiências que gerem dificuldades para se locomover pelo instituto. Para isso, foi adotada uma metodologia em que se analisa os parâmetros físicos que a Associação Brasileira de Normas Técnicas instituiu para considerar uma construção adaptada corretamente para atender e contemplar necessidades específicas, e averigua, por meio de imagens, se o campus de Vitória da Conquista encontra-se em conformidade com tais normas. Com o intuito de tornar a análise mais fluida, o campus foi subdividido em 3 conjuntos: do bloco A ao E; F e G; e bloco H, e foi sinalizado em cada um destes se havia condições de adaptação dos banheiros, presença de piso tátil em toda a extensão do campus, altura dos bebedouros, entraves relacionados a interferência direta de locomoção, entre outros fatores. Dado o exposto, chega-se à conclusão de que diversos aspectos do instituto em questão não estão em conformidade com o previsto por lei. No entanto, comparando com o cenário educacional brasileiro, o campus ainda é considerado um ambiente capaz de gerar uma educação inclusiva em seu aspecto estrutural.*

Palavras-chave: *Acessibilidade. Estrutura. Normas.*

1 INTRODUÇÃO

Partindo da perspectiva de que todos devem ter acesso igualitário à educação, a análise da estrutura física, no que diz respeito à acessibilidade do Instituto Federal de Educação Ciência e

Tecnologia – IFBA, campus Vitória da Conquista, mostra-se de suma importância para avaliar se as condições de acesso encontradas correspondem ao que está resguardado por lei. Com isso, busca-se compreender através do Estatuto da Pessoa com Deficiência – EPD, do regimento interno do IFBA, das normas técnicas instituídas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, entre outras referências, a importância da estrutura física adequada para que ocorra a inclusão escolar plena no âmbito das pessoas com deficiência.

No presente artigo, foi analisada a parte estrutural do IFBA, campus Vitória da Conquista, avaliando se este possui condições capazes de assegurar o acesso a uma educação de qualidade às pessoas com deficiência. O campus de Vitória da Conquista, recebe alunos de 3 segmentos (integrado, subsequente e superior), ou seja, atende uma faixa de idade extensa, e devido a isso, assume um papel significativo que compreende a educação básica e estende-se à graduação. O campus é um dos mais importantes na Bahia, pois além de possuir um grande contingente de alunos residentes da cidade local, recebe também das cidades circunvizinhas, caracterizando-se por garantir qualidade de ensino e oportunidade. Sabe-se que as instituições públicas e particulares brasileiras possuem uma defasagem quanto à adaptação das suas estruturas para atender de forma adequada as mais diversas necessidades específicas, que necessitam estar associadas à parâmetros educacionais inclusivos, visto que se apresentam de forma plural.

Desta forma, analisar as condições físicas do campus com uma visão inclusiva se mostra de suma importância, pois por ser um instituto de ensino público, que tem como obrigação a inclusão, deveria se encontrar preparado e adaptado para as mais diversas dificuldades de necessidades específicas.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015, p.19):

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Ao se analisar o art.27 do EPD, observa-se que há uma responsabilidade para com a inclusão das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade (Estado, família, comunidade). Sendo assim, no que tange aos aspectos educacionais, é dever de todos (tanto da instituição em si quanto do meio acadêmico, que engloba professores, alunos, funcionários) garantir que haja condições para o desenvolvimento efetivo do estudante com necessidade educacional específica em sua totalidade.

Fundamentado em Sasaki (2009), inclusão é o processo em que os sistemas sociais comuns conseguem se tornar adequados para toda a diversidade humana, sendo essa diversidade composta por: etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência, entre outros e que devesse ter a participação dessas mesmas pessoas durante todo o processo. Dessa forma, o trabalho em prol da inclusão tem que se dar de forma coletiva, uma construção em que todos devem estar presentes e serem ouvidos e respeitados.

O Censo Escolar (2018, p.9), divulgado pelo Ministério da Educação – MEC informa que apenas 28% das escolas públicas de ensino fundamental e 44,3% das escolas públicas de ensino médio possuem dependências e vias de transitabilidade adequadas, além disso, apenas 38,6% das escolas públicas de ensino fundamental possuem banheiros adaptados, enquanto os de

ensino médio atingem a taxa de 60%. Observando esses dados, é possível notar que os problemas das estruturas físicas aparecem desde o ensino básico, impactando de forma negativa na aprendizagem de pessoas - com ou sem deficiência – ao longo de sua formação.

De acordo estudos realizados em 2011, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que analisaram cerca de 2 mil colégios em 16 países da América Latina, alunos de escolas equipadas possuíam médias adequadas à série. Em contrapartida, os alunos pertencentes a escolas não estruturadas estavam abaixo da média. Deste modo, se para alunos que não possuem nenhuma deficiência já se fazem presentes tais dificuldades, quando se verifica sob a perspectiva dos que possuem, há uma assimilação negativa e pouco animadora, visto que, além de lidar com as dificuldades que a deficiência impõe no cotidiano, ainda têm que lidar com falta de estrutura física dos lugares destinados ao ensino.

Quando o olhar se torna mais técnico, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, responsável por instituir regras e padrões nos mais diversos âmbitos no Brasil, possui uma Norma Brasileira reconhecida como NBR 9050/2004, que se atém ao estabelecimento de critérios de construção ou reforma de espaços com a finalidade de garantir a acessibilidade de forma efetiva, visando impedir que haja obstáculos que sejam capazes de impossibilitar o livre acesso de qualquer pessoa, independentemente de sua condição física limitadora. A garantia de mobilidade se concretiza na prática quando é possível notar que os ambientes se adequam aos parâmetros determinados nesta norma. Logo, os estabelecimentos devem estar de acordo com os critérios estabelecidos para que assim possam estar em conformidade com as leis de inclusão vigentes.

No âmbito mais local, segundo o Regimento Geral do IFBA (2013, p.8):

Art. 1º O Regimento Geral é o conjunto de normas que disciplinam as atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), nos planos administrativo, didático-pedagógico e disciplinar, com o objetivo de complementar e normalizar as disposições estatutárias.

Ao lermos o art.1º, percebe-se que o regimento deveria abranger todo o suporte aos alunos com deficiência, tendo no documento os pré-requisitos estruturais e didáticos para subsidiar toda essa parte dita “didático-pedagógica”. Entretanto, ao lermos o regimento é constatada uma completa defasagem quanto ao entendimento das necessidades educacionais específicas: a palavra “deficiência” aparece somente uma vez em todo o regimento e sobre necessidades educacionais específicas, afirma-se que a Coordenação de Assistência e Apoio Estudantil deve acompanhar as ações desenvolvidas no campus para tais estudantes. Dessa forma, conclui-se que há uma grande necessidade atualização do seu regimento interno, visando novas intervenções indispensáveis e incisivas sobre a inclusão e adequação do campus às normas previstas por leis e regimentos nacionais.

Sendo assim, a análise da estrutura física do IFBA, campus Vitória da Conquista, do presente artigo embasa-se e pauta-se na associação e comparação do campus quanto à adequação da sua extensão aos conceitos de acessibilidade e inclusão. Além disso, visa-se com este trabalho, alertar os problemas que forem encontrados, a fim de que a direção do campus possa investir na melhoria dos aspectos espaciais, e, assim, deixando-a de acordo com o previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência, na finalidade de garantir acesso ao ensino impactando diretamente no aproveitamento acadêmico dos alunos.

Como metodologia de análise, foi observada a estrutura física do campus avaliando o cumprimento (ou não) das adaptações estabelecidas pela NBR 9050. Utilizou-se a própria

divisão do campus e para análise este foi dividido em 3 partes: a primeira contendo os blocos de A a E, por conta da sua proximidade e verossimilhança; o segundo contendo os blocos F e G pelo mesmo motivo; e por último o bloco H, por ser o mais novo do campus. Desta forma, torna-se possível observar parâmetros como: condições de adaptação dos banheiros, presença de piso tátil, altura dos bebedouros, e outros entraves que estejam em dissonância com as exigências das normas vigentes que possam gerar interferência direta de locomoção.

2 ANÁLISE ESTRUTURAL

2.1 Blocos de A ao E

Analisou-se primeiramente a parte que compreende os blocos de A a E, que se caracteriza por ser uma área mais antiga do campus e possuir um padrão de modelo estrutural, sendo um espaço que engloba a direção geral, bloco administrativo, biblioteca, sala de música, quadra poliesportiva, 17 banheiros, auditórios, salas de aula, laboratórios, entre outros.

Ao se locomover pelos corredores, notou-se que não existe piso tátil em nenhum espaço, o que impede diretamente a locomoção dos deficientes visuais sem acompanhamento, Figura 1, ressaltando inclusive que os extintores desses blocos não possuem nenhuma sinalização tátil direcional no piso, o que os tornam potenciais fatores de risco. Apesar de não terem escadas, os corredores de todo o campus têm uma angulação íngreme, Figura 2, o que demanda um esforço físico excessivo de cadeirantes ou pessoas que possuem deficiências limitantes de capacidade locomotivas. Praticamente nenhum espaço - exceto setores específicos como o auditório e salas de atendimento exclusivas para deficientes visuais - possui indicação em braile, o que dificulta a identificação para deficientes visuais.

Figura 1 – Extintores sem indicação de piso e corredores sem piso tátil.



Fonte: Autoral

Figura 2 – Corredores íngremes que se repetem por todo campus



Fonte: Autoral

As seguintes situações, de acordo com a norma 9050, também foram observadas:

O espaço entre as estantes da biblioteca é inadequado para a locomoção de um cadeirante, visto que se encontram espaçadas por uma distância de 0,78m, inferior ao previsto pela norma técnica brasileira, que institui como 0,90m um espaço confortável para o deslocamento de todos, inclusive dos que fazem uso de cadeiras de rodas.

Outra norma referente a ambientes de centros de leitura é a recomendação de que haja publicações em brailes, idealização que não se concretiza na realidade do campus de Vitória da Conquista, não possuindo sequer sinalização tátil para identificar ou guiar alunos deficientes visuais quanto à localização de materiais.

De 17 banheiros, apenas 2 (11,76%) são adaptados, no entanto, não se encontram disponíveis para uso discente, tendo se tornado banheiro para os docentes;

O acesso à cozinha, disponibilizada para os alunos, é feito através de degraus, o que impede o usufruto de alunos com mobilidade reduzida;

Quanto à percepção da área esportiva, nota-se que a quadra tem um acesso facilitado, entretanto, o campo society e a quadra de areia possuem um acesso que demanda esforço, com “áreas verdes” e terra, não contando com uma via de entrada alternativa;

As áreas de recreação e interação social como área verde, também possuem, assim como o campo society, um entrave relativo à sua circulação;

A Direção Geral possui acesso por elevador, Figura 3, já os dois auditórios têm acesso ao palco somente por meio de degraus;

Figura 3 – Elevador para chegada na Direção Geral



Fonte: Autoral

Os setores destinados a assessorar os alunos – Assistência Estudantil e o Núcleo de Assistência a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNEE –, são os mais distantes da entrada do instituto, juntamente com o refeitório. Esse último encontra-se adaptado a pessoas com dificuldade de locomoção.

A ABNT NBR 9050:2014 ressalta a importância da existência de pisos antiderrapantes em toda a extensão de terreno do campus, no entanto essa realidade não se faz presente em tais blocos, o que caracteriza uma dificuldade para a locomoção de cadeira de rodas.

2.2 Blocos F e G

Após análise da primeira subseção, foram verificados os blocos F e G que são mais recentes do que os blocos analisados anteriormente e compreende basicamente: sala dos professores,

laboratórios, salas de aula e banheiros. São blocos que são menores e que foram inaugurados há cerca de 10 anos.

Os dois blocos possuem 4 banheiros e apresentam banheiros adaptados. Os blocos estão localizados na parte de cima do campus o que acarreta em dificuldades referentes a inclinação, Figura 2. As salas não possuem quaisquer identificações em braile e os bebedouros, que estão posicionados a 1,2 metros do chão, estando em conformidade com os parâmetros definidos pela ABNT NBR 9050:2004, que sinaliza o alcance máximo confortável para uma pessoa de cadeira de rodas como sendo o de 1,35m, formando um ângulo de 30° com sua respectiva horizontal, Figura 4.

Figura 4 - Altura do bebedouro (1,2m em relação ao chão)



Fonte: Autoral

Os laboratórios e as salas possuem um espaço amplo, no entanto, a ausência de sinalização tátil no chão interfere diretamente na locomoção autônoma de deficientes visuais, configurando-se como um mecanismo exclusivo no ambiente acadêmico.

Observa-se que em nenhum local existe uma sinalização facilitadora às pessoas cegas ou com baixa visão, seja tátil ou visual em portas ou em paredes adjacentes, com o fim de identificação e orientação quanto a localização de salas, conforme prevê o tópico 5.10 da NBR 9050.

2.3 Bloco H

O bloco H é o prédio mais novo do campus, possuindo três andares e uma maior relevância em comparação com o F e G devido a sua modernidade esperada. O prédio foi construído há cerca de três anos, no entanto, começou a ser utilizado somente a partir de 2018, sendo hoje o bloco que mais possui aulas do ensino superior e o que mais tem laboratórios no campus.

Analisando a sua estrutura sob uma ótica de quem possui necessidades físicas específicas, nota-se que, em relação aos banheiros, o bloco possui dezesseis no total, sendo oito totalmente

adaptados, estando estes dispostos em cada um dos quatro andares, apesar disso, muitos são utilizados como depósito de produtos e materiais de limpeza em geral.

Referente ao piso tátil, a NBR 9050 adverte quanto à disposição correta da sinalização deste, no entanto a norma não se faz presente da forma esperada no bloco mais recentemente construído no campus, não estando em conformidades com os aspectos sinalizados pela regulamentação. A ABNT sinaliza que há um limite de desnível do piso tátil com a superfície do piso existente, de no máximo, 2mm, a fim de evitar possíveis acidentes de pessoas que utilizam bengalas para sua locomoção. Todavia, essa precaução não é levada em conta, visto que é possível observar logo na entrada do bloco H, a desfragmentação e elevação do piso implantado, configurando um risco iminente de acidentes, Figura 5.

Figura 5 – Piso tátil do bloco H



Fonte: Autoral

Quanto às escadas presente no mesmo bloco, estas coincidem em não possuir a sinalização visual adequada em cada degrau; não haver continuidade do piso tátil após o seu fim; e não existir a sinalização tátil nos corrimãos, capaz de informar a respeito das pavimentações que procederão.

A sinalização tátil direcional do bloco H encontra-se incompleta e incapaz de possibilitar a autonomia de um deficiente visual, pois não é contínuo no que se refere às possibilidades de deslocamento, e interrompe seu seguimento sem aviso prévio, estando presente apenas na porta de entrada e em frente a elevadores e escadas, divergindo com os padrões propostos pela ABNT.

Na entrada do bloco H também é possível notar a inadequação do uso de carpetes como prevê a NBR 9050, visto que não se encontram embutidos ou sequer firmemente fixados, o que se concretiza como um impasse para a locomoção segura de deficientes visuais que venham a ter aula no respectivo local.

Os elevadores se apresentam de forma devidamente adequada ao uso de deficientes visuais, contando com sinalização tátil no chão próximo a sua entrada e escrita em braille em cada um dos seus botões de funcionamento. Além disso, conta com anúncios auditivos que transmitem informações relevantes, o que torna seu uso bastante claro e intuitivo.

Novamente, observa-se a ausência de sinalizações adaptadas nas portas indicando a identificação de salas e laboratórios.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que há diversos problemas referentes a acessibilidade no IFBA, campus Vitória da Conquista. Entretanto, vale ressaltar, que os blocos de A a E foram construídos na década de 90, ou seja, ainda não existia a legislação e nenhuma norma específica referente as pessoas com deficiência. Sendo assim, são blocos os quais não foram construídos de forma equivocada, já que na época não existiam tais cobranças. Apesar disso, quando se olha nos dias de hoje, ele se torna pouco acessível aos alunos com deficiência, possuindo, por exemplo, apenas 11,76% de banheiros adaptados, necessitando assim de alterações e adaptações para que possa se tornar inclusivo e estar de acordo com as normas da ABNT.

Quando se refere às angulações dos corredores, dos blocos de A a G, apesar de não atestados, nota-se inconformidade perante as normas, visto que há reclamações recorrentes da comunidade escolar da instituição quanto a sua angulação, cuja intensidade reflete em dificuldade na locomoção de pessoas que possuem restrições locomotoras.

Sobre os blocos F e G, conclui-se que estes possuem uma condição de acessibilidade superior em relação aos blocos de A a E. Tendo em vista que foram construídos em 2009, já havia a existência da Norma Brasileira – NBR 9050, que regulamentava todos os requisitos estruturais. No entanto, a falta de itens como o piso tátil, configura-se como uma inconformidade na adequação do seu espaço físico.

Referindo-se ao bloco H, existem banheiros adaptados em todos os seus andares e é o único espaço do instituto que possui piso tátil (mesmo que seja em um curto espaço e se apresente com falhas, como visto na Figura 5). Contudo, por ser o prédio mais novo, devia estar enquadrado em todas as normas previstas em lei. Dessa forma, cumpre o papel da acessibilidade que é necessária para a efetivação do processo de inclusão.

Em virtude dos fatos mencionados, é comprovada a falta de diversos componentes estruturais que deviriam estar presentes assegurando uma inclusão escolar e um aumento da autonomia da pessoa com deficiência. Apesar disso, é sabido que em comparação com o cenário brasileiro, o instituto está composto por elementos que diminuem os problemas relativos à acessibilidade, como banheiros adaptados, direção geral e quadra poliesportiva acessível. Mesmo longe de ter uma estrutura adequada, o instituto tenta compensar com a presença de profissionais como brailistas e interpretes que auxiliam os estudantes com necessidades educacionais específicas. Entretanto, tais medidas não isentam o campus das melhorias estruturais necessárias para efetivar a inclusão e alcançar a excelência na formação de pessoas, independentemente de suas especificidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa Com Deficiência**. Brasília, DF: Senado Federal, p. 19

BRASIL. Consup. Resolução nº 26, do 06 de 2013. **Regimento Geral do IFBA**. Salvador, BA: Instituto Federal da Bahia, p. 8.

BRASIL. Ministério da Educação. **NOTAS ESTATÍSTICAS: Censo Escolar 2018**. Brasília, DF: INEP, p. 8.

DUARTE, JESÚS.; GARGIULO, CARLOS; MORENO, MARTÍN. Infraestructura Escolar y Aprendizajes en la Educación Básica Latinoamericana: Un análisis a partir del SERCE. **Banco Interamericano de Desarrollo - BID**, Washington, Estados Unidos, mayo 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

ANALYSIS OF THE PHYSICAL STRUCTURE OF IFBA, CAMPUS OF VITÓRIA DA CONQUISTA IN ACCORDANCE WITH A CRITIC VISION RELATED TO THE ACCESSIBILITY TO PEOPLE WITH PHYSICAL LIMITATIONS

Abstract: *Accessibility essentially has an inclusive and necessary character, therefore, the analysis of its concretization in practice, especially in what concerns the school environment, is extremely relevant. It is an obligation from State and of society to ensure an inclusive educational system that proposes measures that guarantee accessibility. This article has as objective to alerts structural problems of the Federal Institute of Bahia, campus of Vitória da Conquista relatives to impasses of transitivity to people with any kind of disabilities that generate difficulties to get around the institute. For this, a methodology was adopted that analyses the structural parameters that the Brazilian Association of Technical Standards establishes to consider a construction adapted correctly to attend and contemplate specific needs, and investigates if the campus of Vitória da Conquista is in accordance with those standards. In order to make the analysis more fluid, the campus was subdivided into 3 sets: from block A to E; F and G; and block H, and it was signaled in each one of them if there were conditions of adaptation in the bathroom, presence of tactile floor in all campus extension, height of the drinking fountains, if has any kind of obstacle relative to locomotion, among others aspects. In view of the foregoing, it is concluded that various aspects of the institute in question are not in accordance with the law. However, compared to the Brazilian educational scenario, the campus is still considered an environment capable of generating an inclusive education in its structural aspect.*

Key-words: *Accessibility. Structural. Standards.*